

RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO

O QUÃO BOM VOCÊ É EM DETECTAR FAKE NEWS?

Confiança autodeclarada e discernimento de desinformação
em uma amostra de conveniência

João Lucas Côrtes

Thiago Kanashiro

Henrique Fonseca

Beatriz Sousa Cerqueira de Jesus

Colégio Bom Jesus Itajaí · Itajaí, Santa Catarina, Brasil

joao.cortes@mail.bomjesus.br

thiago.kanashiro@mail.bomjesus.br

henrique.fonseca@mail.bomjesus.br

beatriz.sjesus@bomjesus.br

Itajaí (SC)

2026

RESUMO

Este relatório avaliou a correspondência entre confiança autodeclarada e desempenho na identificação de conteúdos verdadeiros e falsos, examinando variações por tema, idade e hábitos informacionais. Foi realizado estudo quantitativo, exploratório e transversal, com recrutamento não probabilístico por conveniência, predominantemente em Itajaí (SC), e três versões de questionário eletrônico. Foram registrados 645 envios, associados a 499 endereços de e-mail distintos, e examinados 40 conteúdos únicos. A média normalizada de acertos por participação foi de 65,8%, com maior média em conteúdos de inteligência artificial e manipulação de mídia (79,9%) e menor em geopolítica e defesa (56,7%). A confiança positiva na própria capacidade de detectar desinformação foi declarada em 82,6% das participações, mas sua associação com o desempenho foi pequena e positiva ($\rho \approx 0,120$), diminuindo após a centralização por idade e formulário ($\rho \approx 0,071$). A frequência autodeclarada de checagem não apresentou associação monotônica clara com os acertos. O desempenho variou conforme o assunto e a composição das versões aplicadas. As principais limitações foram a amostragem por conveniência, o uso de instrumentos distintos, as participações repetidas e a ausência de controle experimental. Os resultados indicam vulnerabilidades específicas de discernimento informacional na amostra, sem permitir generalização para a população municipal, e fundamentam propostas de educação midiática centradas na avaliação de fontes, evidências e contextos.

Palavras-chave: desinformação; fake news; discernimento informacional; alfabetização midiática; redes sociais.

ABSTRACT

This report examined the correspondence between self-reported confidence and actual performance in distinguishing true from false content, as well as variation across topics, age groups, and information-related habits. A quantitative, exploratory, cross-sectional study used non-probability convenience recruitment, predominantly in Itajaí, Santa Catarina, Brazil, and three versions of an online questionnaire. A total of 645 submissions were recorded, associated with 499 distinct email addresses, covering 40 unique items. Mean accuracy, normalized per submission, was 65.8%, with the highest topic-level score for artificial intelligence and media manipulation (79.9%) and the lowest for geopolitics and defense (56.7%). Positive self-confidence was reported in 82.6% of submissions, yet its association with performance was small and positive (Spearman's $\rho \approx 0.120$), decreasing after centering by age group and questionnaire version ($\rho \approx 0.071$). Self-reported fact-checking frequency did not show a clear monotonic association with accuracy. Performance varied across content topics and questionnaire composition. The main limitations were convenience sampling, non-equivalent instruments, repeated submissions by some respondents, and the absence of experimental controls. These findings point to topic-specific vulnerabilities in information discernment within the study sample; they cannot be generalized to the entire local population. Media literacy initiatives should emphasize critical assessment of sources, evidence, and contextual framing.

Keywords: misinformation; fake news; news discernment; media literacy; social media.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
1.1 Contextualização histórica e definição de fake news	4
1.2 Crescimento da desinformação e amplificação pelas redes sociais	5
1.3 Impactos sociais, políticos e sanitários da desinformação	5
1.5 Hipótese	6
1.6 Objetivo geral	6
1.7 Objetivos específicos	6
2 MATERIAIS E MÉTODOS	6
2.1 Delineamento da pesquisa e amostragem	6
2.2 Participantes e organização da coleta	7
2.2.1 Aspectos éticos	7
2.3 Instrumentos de pesquisa	7
2.4.1 Gabaritos comentados e critérios de verificação	8
2.6 Tratamento e análise dos dados	9
2.6.1 Fundamentos estatísticos utilizados	10
2.7 Caracterização da amostra	10
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	11
3.1 Desempenho geral e dificuldade por tema	11
3.2 Idade e desempenho	12
3.3 Discernimento de desinformação política	12
3.4 Confiança autodeclarada versus desempenho real	13
3.5 Checagem e compartilhamento de informações	14
3.6 Meios utilizados para se informar	15
3.7 Desinformação em saúde e vacinação	16
3.8 Familiaridade, contexto e construção da mensagem	16
3.9 Cruzamentos demográficos	18
3.10 Limitações do estudo	18
3.11 Implicações para educação midiática e políticas públicas	18
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
4.1 Síntese dos principais achados	19
4.2 Resposta à hipótese e ao problema de pesquisa	20
4.3 Aplicações e perspectivas futuras	20
REFERÊNCIAS	21
MATERIAIS SUPLEMENTARES	22

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização histórica e definição de fake news

Informações falsas, boatos e conteúdos manipulados antecederam a internet, mas o ambiente digital alterou de forma decisiva sua escala, velocidade e capacidade de alcançar públicos mais amplos. As redes sociais reduziram os custos de publicação e distribuição, permitiram que usuários sem estrutura jornalística alcançassem grandes audiências e diminuíram a presença de filtros editoriais tradicionais. Por isso, a circulação de informações falsas deixou de ser apenas um problema de qualidade do conteúdo e passou a envolver também arquitetura de plataformas, incentivos econômicos, comportamento de compartilhamento, confiança e mecanismos cognitivos de julgamento (SHU et al., 2017; LAZER et al., 2018; ZHANG; GHORBANI, 2020).

O termo fake news é usado de maneiras diferentes no debate público. Para Lazer et al. (2018), fake news corresponde a informação fabricada que imita a forma de conteúdo jornalístico, mas não segue os processos e normas organizacionais que procuram assegurar precisão e credibilidade. Allcott e Gentzkow (2017), por sua vez, enfatizam notícias de forma intencional e que são falsas, capazes de enganar leitores. No presente estudo, a expressão é utilizada de modo operacional para se referir ao conjunto de conteúdos falsos ou substancialmente enganosos apresentados aos participantes como informações factuais. Essa escolha exige uma ressalva: o instrumento também incluiu vídeos sintéticos, prints adulterados, conteúdos verdadeiros fora de contexto e afirmações compostas com elementos verdadeiros e falsos. Assim, em parte da discussão, o termo mais amplo desinformação é cientificamente mais preciso do que fake news em sentido estrito.

A eleição presidencial dos Estados Unidos de 2016 tornou-se um marco para o estudo contemporâneo do fenômeno. Allcott e Gentzkow (2017) reuniram histórias falsas verificadas que circularam nos meses anteriores à eleição e encontraram forte assimetria no engajamento no Facebook: aproximadamente 30 milhões de interações com histórias falsas favoráveis a Donald Trump contra cerca de 7,6 milhões de interações com histórias favoráveis a Hillary Clinton. Um corrigendum posterior esclareceu que esses números se referem a engajamentos — soma de compartilhamentos, comentários e curtidas — e não apenas a compartilhamentos (ALLCOTT; GENTZKOW, 2018). O episódio demonstra a capacidade de conteúdos falsos alcançarem grande visibilidade, mas não autoriza afirmar que eles, isoladamente, determinaram o resultado eleitoral.

1.2 Crescimento da desinformação e amplificação pelas redes sociais

A amplificação online resulta da combinação de fatores tecnológicos e humanos. Sistemas de recomendação e métricas de engajamento podem favorecer conteúdos que despertam atenção, surpresa ou indignação, enquanto a própria estrutura das redes facilita a repetição de mensagens em grupos socialmente próximos. Do ponto de vista psicológico, familiaridade, conhecimento prévio, atenção e raciocínio analítico influenciam a distinção entre verdadeiro e falso. Pennycook e Rand (2021) destacam que a baixa capacidade de discernimento está associada à falta de raciocínio cuidadoso, conhecimento relevante e uso de heurísticas como familiaridade. Também existe uma diferença importante entre acreditar e compartilhar: a veracidade pode pesar bastante quando uma pessoa julga se uma notícia é correta, mas pesar menos quando decide se a compartilharia. Experimentos mostram que simples lembretes para considerar a precisão podem melhorar a qualidade das notícias que usuários demonstram intenção de compartilhar (PENNYCOOK et al., 2021).

1.3 Impactos sociais, políticos e sanitários da desinformação

Os efeitos sociais desse processo aparecem em áreas distintas. Na política, informações falsas podem degradar a qualidade do debate e alterar percepções sobre candidatos, instituições e processos eleitorais. Na saúde, a Organização Mundial da Saúde descreve a infodemia como um excesso de informações, incluindo conteúdos falsos ou enganosos, capaz de gerar confusão, comportamentos de risco e desconfiança nas autoridades sanitárias (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2022). No campo educacional e cívico, a alfabetização midiática e informacional é tratada pela UNESCO como competência necessária para que cidadãos avaliem criticamente fontes e participem de ambientes informacionais complexos (UNESCO, 2013). No Brasil, o Tribunal Superior Eleitoral mantém um programa permanente de enfrentamento à desinformação que inclui ações de educação midiática e conscientização do eleitorado (BRASIL, 2021).

A pergunta inicial deste projeto foi: “O quão bem informadas estão as pessoas de Itajaí?”. Para torná-la mensurável e compatível com o instrumento aplicado, ela foi refinada para a seguinte questão operacional: em uma amostra de conveniência recrutada predominantemente em Itajaí (SC), em que medida a confiança autodeclarada na própria capacidade de reconhecer fake news corresponde ao desempenho real na classificação de conteúdos, e como esse desempenho varia conforme idade, escolaridade, classe social, etnia, gênero, hábitos de checagem e meios de informação utilizados? Neste estudo, portanto, “estar bem informado” não significa possuir conhecimento amplo sobre todos os acontecimentos públicos, mas demonstrar discernimento diante do conjunto específico de conteúdos apresentados.

1.5 Hipótese

A hipótese inicial previa uma diferença entre percepção e desempenho: esperava-se que a maior parte dos respondentes se considerasse capaz de reconhecer desinformação, mas apresentasse quantidade relevante de erros.

1.6 Objetivo geral

O objetivo geral foi comparar a percepção subjetiva de competência informacional com a capacidade efetiva de classificar conteúdos verdadeiros e falsos.

1.7 Objetivos específicos

Como objetivos específicos, buscou-se: identificar os principais meios de comunicação usados para se informar; caracterizar hábitos de checagem e compartilhamento; medir o reconhecimento de conteúdos verdadeiros e falsos; comparar desempenho entre grupos demográficos; examinar diferenças por tema; e discutir de que maneira os resultados podem contribuir para educação midiática, políticas públicas e autoavaliação dos indivíduos. A análise foi orientada para identificar relações interpretáveis, evitando atribuir causalidade a associações observadas em um levantamento não experimental.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Delineamento da pesquisa e amostragem

Foi conduzida uma pesquisa quantitativa, exploratória e transversal, por meio de questionários eletrônicos desenvolvidos no Google Forms. O caráter quantitativo decorre do uso de respostas estruturadas e indicadores numéricos; o caráter exploratório corresponde à busca de padrões e associações sem pretensão de estabelecer causalidade; e o desenho transversal significa que os dados foram observados em um período de coleta, sem acompanhamento longitudinal dos participantes. A divulgação ocorreu por amostragem de conveniência, isto é, os respondentes foram recrutados pela disponibilidade e pelo alcance dos canais de divulgação, principalmente em grupos de WhatsApp, ambientes escolares de Itajaí, abordagem presencial e divulgação boca a boca. Portanto, o desenho não constitui uma amostra probabilística da população municipal e não permite estimar, com margem de erro populacional, o nível de informação de todos os moradores de Itajaí. Os participantes visualizaram um termo de consentimento antes de prosseguir com o questionário.

2.2 Participantes e organização da coleta

A coleta foi organizada em três versões do instrumento: Base, Desafio Misto e Política & Redes. Foram registrados 645 envios: 309 no formulário Base, 200 no Desafio Misto e 136 em Política & Redes. Uma revisão metodológica dos arquivos mostrou que esses 645 registros correspondem a 499 endereços de e-mail distintos: 145 endereços apareceram em mais de um formulário e um endereço apareceu nos três. Assim, a unidade principal das análises de desempenho é a participação ou envio de formulário, e não necessariamente uma pessoa única. Essa distinção é importante para não superestimar o tamanho da amostra independente.

2.2.1 Aspectos éticos

Os formulários apresentavam um termo de consentimento antes do início das questões. A pesquisa recebeu autorização institucional do Comitê de Ética do Centro de Estudos e Pesquisas (CEP) Bom Jesus. Nos casos de participantes menores de 18 anos, foi obtida previamente autorização física assinada por seus responsáveis legais para a participação na pesquisa. Na etapa de análise, os endereços de e-mail permitiram reconhecer participações repetidas entre as diferentes versões do instrumento; os resultados apresentados neste artigo são agregados e não identificam nominalmente os respondentes.

2.3 Instrumentos de pesquisa

Os três questionários combinavam perguntas de perfil e comportamento com uma bateria de conteúdos a serem classificados. Entre as variáveis de perfil estavam faixa etária, gênero, etnia, escolaridade e classe social por renda familiar. Também foram investigados os meios usados para se informar, a frequência com que o respondente afirma checar informações recebidas pela internet, se costumava compartilhar notícias, se acreditava já ter sido enganado por fake news e se confiava na própria capacidade de detectá-las. Os meios de informação podiam ser marcados simultaneamente e incluíam TikTok, Instagram, YouTube, X, televisão aberta, televisão fechada, sites de notícia, jornal impresso e outros.

Para permitir a consulta e a replicação do instrumento, as três versões originais do questionário foram preservadas como material suplementar: Formulário Base; Desafio Misto; e Política & Redes. Os links permitem consultar a estrutura aplicada, as alternativas de resposta e a sequência de conteúdos apresentada aos participantes.

2.4 Conteúdos apresentados e construção do gabarito

A bateria reuniu 40 conteúdos distintos ao considerar as três versões em conjunto. Foram usados diferentes formatos, como manchetes, prints, publicações de redes sociais, vídeos e conteúdos gerados ou manipulados por inteligência artificial. Os temas foram agrupados posteriormente em seis categorias analíticas: política e eleições; geopolítica e defesa; justiça e segurança; saúde e ciência; inteligência artificial e manipulação de mídia; e

sociedade e conteúdos virais. A classificação factual de cada item foi definida a partir de um gabarito interno validado com documentos oficiais, fontes primárias, agências de checagem ou veículos jornalísticos identificáveis. Casos de conteúdo verdadeiro com contexto adulterado e afirmações compostas foram registrados internamente como limitações do formato binário.

2.4.1 Gabaritos comentados e critérios de verificação

Após a definição dos veredictos, foram organizados três gabaritos comentados, correspondentes aos instrumentos Base (20 itens), Desafio Misto (25 itens) e Política & Redes (20 itens). Como várias questões se repetiam entre versões, o conjunto total correspondia a 40 conteúdos distintos. Os gabaritos não se limitam a indicar “Verdadeiro” ou “Falso”: cada item apresenta a afirmação avaliada, a justificativa do veredito, a principal evidência, observações de contexto quando necessárias e as fontes utilizadas para conferência. Nos casos em que uma publicação combinava um elemento verdadeiro com uma conclusão enganosa, a classificação considerou a mensagem apresentada como um todo.

Entre as questões abordadas estiveram alegações sobre saúde e tratamentos, caças da FAB em Itajaí, alistamento eleitoral de estrangeiros, Donald Trump e o Papa Leão XIV, confiabilidade das eleições brasileiras, relatório das Forças Armadas, vacinas de mRNA, origem de vídeos virais, Ebola e fatos ou propostas relacionados a diferentes agentes políticos. A validação seguiu critérios recorrentes de checagem: prioridade a documentos e fontes primárias ou oficiais quando disponíveis; comparação de prints e manchetes com a publicação original; busca de confirmação independente; rastreamento da origem de imagens e vídeos; distinção entre fato, interpretação e inferência; e verificação de contexto temporal e jurídico, como diferenciar uma proposta de uma medida já implementada. Os três gabaritos completos foram preservados como material suplementar da pesquisa e como registro auditável do processo de validação.

Os gabaritos comentados completos estão disponíveis para auditoria e consulta das fontes: Gabarito Comentado - Base; Gabarito Comentado - Desafio Misto; e Gabarito Comentado - Política & Redes. Cada arquivo reúne resposta, justificativa, evidência principal, contexto quando necessário e fontes de conferência, permitindo verificar como os veredictos utilizados nas análises foram construídos.

2.5 Critérios de pontuação

Para cada conteúdo, os participantes podiam responder “Verdadeiro”, “Falso”, “Não sei”, “Acho que sim” ou “Acho que não”. Na pontuação, “Acho que sim” foi interpretado como classificação verdadeira e “Acho que não” como classificação falsa, de acordo com a lógica original do formulário. “Não sei” foi preservado como indicador de incerteza e considerado não acerto no cálculo da taxa de acerto. Como os questionários tinham quantidades diferentes de itens avaliativos - 20 na Base, 25 no Misto e 20 em Política & Redes -, o indicador principal foi a porcentagem de acerto dentro de cada participação e, em seguida,

a média dessas porcentagens. Essa normalização evita que o formulário com mais questões tenha peso desproporcional no resultado geral.

2.6 Tratamento e análise dos dados

As faixas originais de 19-22 e 23-28 anos foram reunidas em 19-28 anos, resultando em sete grupos etários: 13-15, 16-18, 19-28, 29-36, 37-44, 45-60 e 61 anos ou mais. Como a distribuição dos três formulários foi desigual entre as idades - especialmente no formulário Política & Redes, concentrado em adolescentes -, médias brutas por faixa etária foram tratadas apenas de forma descritiva. Para comparações mais robustas, foram utilizados núcleos de questões idênticas entre formulários: 11 itens comuns a Base e Misto, 14 itens comuns a Misto e Política & Redes e, dentro destes, um núcleo de 10 questões políticas idênticas.

A análise combinou estatística descritiva, diferenças em pontos percentuais e, em comparações selecionadas, testes exploratórios de Welch ou teste exato de Fisher. Também foram utilizadas correlações de Spearman em análises com variáveis ordinais, como confiança autodeclarada e frequência de checagem. Os valores de p são apresentados como indicadores exploratórios, não como prova de causalidade; não houve desenho experimental nem pré-registro de todas as comparações, e múltiplos testes foram realizados. Por isso, a interpretação prioriza tamanho do efeito, consistência do padrão, tamanho das células e plausibilidade metodológica. Resultados com amostras muito pequenas foram mantidos apenas como descritivos e não foram usados para conclusões fortes.

2.6.1 Fundamentos estatísticos utilizados

A estatística descritiva foi empregada para resumir a amostra e o desempenho por meio de contagens, percentuais e médias. Diferenças entre percentuais são expressas em pontos percentuais (p.p.); por exemplo, a diferença entre 67,8% e 61,7% corresponde a 6,1 p.p. O símbolo n indica o número de participações ou observações incluídas em uma comparação. O teste t de Welch foi utilizado para comparar médias de dois grupos independentes quando os tamanhos amostrais e as variâncias poderiam ser diferentes. O teste exato de Fisher foi empregado em tabelas de contingência, especialmente quando havia células com poucos casos, para avaliar se a distribuição de respostas corretas e não corretas diferia entre grupos. A correlação de Spearman (ρ) foi usada para avaliar associação monotônica entre variáveis ordenadas: ρ varia de -1 a +1, sendo valores próximos de zero indicativos de associação monotônica fraca. O p -valor representa, supondo verdadeira a hipótese nula de ausência de diferença ou associação, a probabilidade de observar um resultado tão extremo quanto o encontrado ou mais extremo. Ele não representa a probabilidade de a hipótese nula ser verdadeira nem mede, sozinho, a importância prática de um efeito. O valor de 0,05 foi usado apenas como referência convencional; devido ao caráter exploratório e à realização de múltiplas comparações, os resultados foram interpretados em conjunto com o tamanho do efeito e o tamanho das subamostras. Em algumas análises, o desempenho foi centralizado dentro de cada combinação de faixa etária e formulário, subtraindo-se de cada participação a média de sua própria célula. Esse procedimento reduz parcialmente as diferenças de composição entre versões do questionário e idades, mas não equivale a randomização, ajuste causal ou controle completo de fatores de confusão.

2.7 Caracterização da amostra

A distribuição etária das 645 participações foi: 265 registros de 13-15 anos, 166 de 16-18, 25 de 19-28, 24 de 29-36, 39 de 37-44, 88 de 45-60 e 38 de 61 anos ou mais. Por formulário, foram 309 registros na Base, 200 no Desafio Misto e 136 em Política & Redes. A concentração de determinadas idades em versões específicas do questionário é a principal razão para priorizar, nas comparações etárias, os núcleos de itens idênticos entre formulários.

A composição da amostra também deve ser considerada ao interpretar cruzamentos demográficos. Do total de participações, 57,1% declararam gênero feminino e 41,9% masculino. Pessoas brancas representam 85,0% dos registros. A Classe A concentrou 69,9% da amostra e a Classe B, 18,9%. A escolaridade refletiu a forte presença de adolescentes: 39,4% declararam Ensino Médio incompleto e 26,0% Fundamental incompleto, enquanto 17,5% declararam pós-graduação. Essas concentrações reduzem a precisão de comparações entre grupos pouco representados, principalmente etnias minoritárias e classes D/E.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Desempenho geral e dificuldade por tema

O acerto médio normalizado foi de 65,8% por participação, o que corresponde a aproximadamente dois acertos em cada três classificações. Em sentido complementar, 34,2% das classificações não foram corretas. Quando os formulários foram considerados separadamente, o Desafio Misto apresentou média de 70,8%, o Base 64,7% e Política & Redes 61,0%. Essas diferenças não devem ser interpretadas como evolução ou piora de um mesmo grupo, pois os instrumentos tinham conjuntos de questões e perfis de respondentes diferentes.

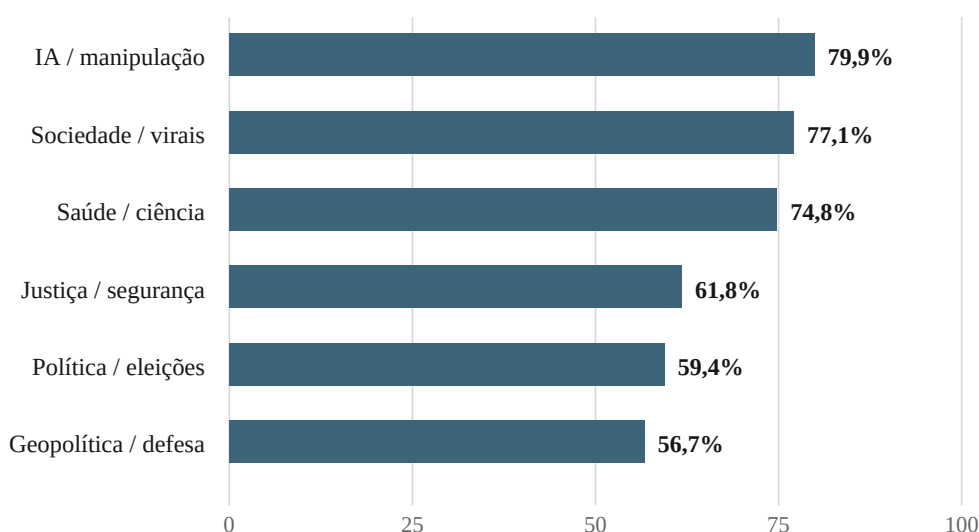


Figura 1 – Acerto médio por tema. Cada conteúdo distinto recebeu peso igual; o eixo horizontal representa a média percentual de acertos nos conteúdos classificados em cada categoria.

Fonte: dados da pesquisa.

A comparação temática produziu um dos resultados mais importantes do estudo. Conteúdos de inteligência artificial/manipulação de mídia tiveram o maior acerto médio (79,9%), seguidos por sociedade/conteúdos virais (77,1%) e saúde/ciência (74,8%). As menores médias apareceram em geopolítica/defesa (56,7%) e política/eleições (59,4%), enquanto justiça/segurança ficou em 61,8%. Na amostra, portanto, o simples fato de um conteúdo utilizar IA não o tornou automaticamente mais difícil. Notícias politicamente plausíveis, assuntos institucionais pouco familiares e mensagens com contexto parcialmente verdadeiro produziram mais erros do que vários conteúdos sintéticos visualmente marcantes.

O resultado reforça a ideia de que a suscetibilidade é contextual. A dificuldade não depende apenas da tecnologia usada para fabricar um conteúdo, mas de familiaridade temática, plausibilidade, conhecimento prévio, apresentação visual e atenção dedicada ao julgamento. Isso é coerente com a revisão de Pennycook e Rand (2021), segundo a qual discernimento de veracidade se relaciona a conhecimento relevante, raciocínio cuidadoso e

heurísticas como familiaridade. Também ajuda a explicar por que conteúdos envolvendo um mesmo personagem político apresentaram níveis de acerto muito diferentes dentro do próprio banco.

3.2 Idade e desempenho

No desempenho bruto, a faixa de 16-18 anos apresentou a maior média entre os grupos numerosos (69,5%). As faixas de 37-44 e 61+ ficaram em 60,8% e 60,6%, respectivamente.

Contudo, a composição dos formulários variou fortemente por idade, o que torna inadequado concluir simplesmente que “jovens acertam mais” ou que “quanto mais velho, pior”. Quando foram analisadas exatamente as mesmas 11 questões presentes na Base e no Desafio Misto, 13-15 e 16-18 praticamente empataram, com 73,0% e 73,2%, enquanto 61+ ficou em 62,3%. No núcleo de 14 questões idênticas entre Misto e Política & Redes, 16-18 alcançou 70,8% e 61+ 57,6%, diferença de 13,2 pontos percentuais; o teste exploratório de Welch resultou em $p \approx 0,009$.

3.3 Discernimento de desinformação política

No núcleo político de 10 questões idênticas, a faixa de 16-18 anos obteve 67,8% de acerto contra 61,7% em 13-15, diferença de 6,1 pontos percentuais (Welch $p \approx 0,018$). A faixa de 61+ registrou 59,3%. No Brasil, o voto é facultativo aos 16 e 17 anos e obrigatório a partir dos 18, salvo exceções legais (BRASIL, 2026). A proximidade da participação eleitoral pode ser discutida como hipótese de maior exposição a debates políticos entre parte dos jovens de 16-18 anos, mas o questionário não mediu interesse político, frequência de acompanhamento eleitoral ou participação cívica. Portanto, não é possível afirmar que votar ou estar em idade eleitoral causou o melhor desempenho.

A literatura internacional mostra que idade pode se relacionar com comportamentos informacionais, mas a variável dependente precisa ser distinguida. Guess, Nagler e Tucker (2019), por exemplo, observaram em dados de compartilhamento no Facebook que usuários com mais de 65 anos compartilharam proporcionalmente mais links de domínios classificados como fake news do que grupos jovens. Este estudo mede principalmente o discernimento diante de conteúdos apresentados, e não o comportamento real de postagem em rede social. Assim, os resultados não constituem uma réplica direta daquele achado e não justificam rotular pessoas idosas como mais suscetíveis de forma geral. De fato, alguns itens políticos foram melhor reconhecidos pelas faixas mais velhas.

Um exemplo é a notícia verdadeira sobre o “Bolão do PT”: o acerto geral foi de 34,3%, mas participantes de 61+ alcançaram 52,2% ($n=23$), enquanto 37-44 tiveram 16,7% ($n=30$). Em outro item, o encontro de Lula com Daniel Vorcaro fora da agenda oficial, 61+ alcançou 86,7% ($n=15$), enquanto 19-28 ficou em 44,4% ($n=18$), com outros 44,4% respondendo “Não

sei”. Esses casos mostram que idade não forma uma escala única de competência; repertório e exposição a assuntos específicos parecem importar.

3.4 Confiança autodeclarada versus desempenho real

A hipótese original previa que os respondentes tenderiam a se considerar bem informados, embora seu desempenho real fosse baixo. Os dados sustentam apenas parte dessa formulação. Entre as 645 participações, 44,8% responderam “Sim” à pergunta sobre confiar na própria capacidade de detectar fake news e 37,8% responderam “Acho que sim”. Somadas, essas categorias representam 82,6% da amostra. Entretanto, maior confiança não esteve associada a pior desempenho; ocorreu uma tendência oposta, embora de magnitude modesta.

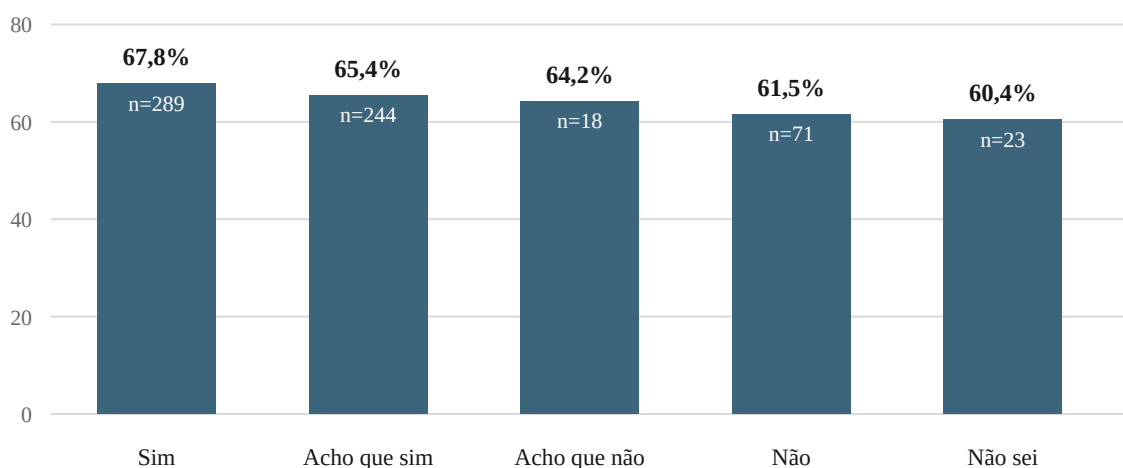


Figura 2 – Acerto médio segundo a confiança autodeclarada na própria capacidade de detectar fake news. As barras representam a média normalizada por participação; n indica o número de participações em cada categoria. Fonte: dados da pesquisa.

Quem respondeu “Sim” apresentou média de 67,8%; “Acho que sim”, 65,4%; “Acho que não”, 64,2%; “Não”, 61,5%; e “Não sei”, 60,4%. A correlação de Spearman entre uma escala ordinal de confiança e o desempenho bruto foi pequena, porém positiva ($\rho \approx 0,120$; $p \approx 0,0027$). Quando o desempenho foi centralizado por faixa etária e formulário, a relação diminuiu ($\rho \approx 0,071$; $p \approx 0,078$), mostrando que parte da associação pode decorrer da composição dos grupos.

Isso exige reformular a conclusão da hipótese. Não se observou uma população altamente confiante e, ao mesmo tempo, sistematicamente pior. Em média, os mais confiantes acertaram um pouco mais. Ainda assim, confiança não significou desempenho sem erro: entre as classificações realizadas por quem respondeu “Sim”, aproximadamente 32,2% não foram corretas. Neste estudo, calibração é entendida como a correspondência entre a percepção subjetiva de capacidade e o desempenho objetivo; não se trata de um índice psicométrico

validado. A hipótese é, portanto, parcialmente sustentada em termos de calibração: existe ampla confiança subjetiva, mas permanece uma margem expressiva de não acerto mesmo entre aqueles que se percebem claramente capazes. Esse resultado é mais informativo do que uma conclusão binária de que “as pessoas sabem” ou “não sabem”.

A interpretação também deve considerar uma limitação do questionário. As opções “Acho que sim” e “Acho que não” misturam o julgamento de veracidade com o nível de confiança no mesmo item. Instrumentos psicometricamente validados, como o Misinformation Susceptibility Test (MIST), procuram separar discernimento de veracidade de vieses de resposta e oferecem uma referência metodológica para estudos futuros (MAERTENS et al., 2024). Uma próxima versão deste projeto poderia pedir primeiro “Verdadeiro/Falso/Não sei” e, em seguida, uma escala independente de confiança de 0 a 100%.

3.5 Checagem e compartilhamento de informações

A frequência autodeclarada de checagem esteve disponível em 501 participações, pois versões anteriores do instrumento não continham a mesma estrutura de campos. Entre essas respostas, 89 afirmaram checar “Sempre”, 196 “Na maioria das vezes”, 166 “Às vezes”, 43 “Na minoria das vezes” e 7 “Nunca”. As médias brutas variaram, mas não formaram uma progressão monotônica: “Na maioria das vezes” apresentou 67,8%, “Na minoria” 66,8%, “Às vezes” 65,9%, “Sempre” 64,9% e “Nunca” 57,7%. Depois do ajuste descritivo por faixa etária e formulário, a relação ordinal continuou muito fraca (Spearman $\rho \approx 0,022$; $p \approx 0,627$). Comparar quem disse checar frequentemente (“Sempre” ou “Na maioria”) com os demais também não produziu diferença estatisticamente clara no ajuste exploratório (Welch $p \approx 0,18$).

Esse achado não significa que verificar fontes seja inútil. A pergunta mede a frequência que a própria pessoa diz checar, e não a qualidade da checagem, o tipo de fonte consultada ou se a verificação ocorreu antes de cada resposta. Estudos experimentais conseguem testar melhor o efeito de intervenções. Guess et al. (2020), por exemplo, encontraram melhora no discernimento após uma intervenção curta de alfabetização midiática nos Estados Unidos e na Índia, enquanto Pennycook et al. (2021) mostraram que direcionar a atenção para a precisão pode aumentar a qualidade do conteúdo compartilhado. O presente resultado sugere que “checar muito” como autoavaliação não deve ser tratado como sinônimo de “checar bem”.

Quanto ao compartilhamento, 402 das 501 respostas com o campo disponível indicaram algum hábito de compartilhar notícias consideradas relevantes e 99 marcaram “Não”. Após controlar descritivamente a composição de idade e formulário, não foi encontrada associação relevante com o desempenho ($p \approx 0,77$). Além disso, 341 participantes disseram já ter sido enganados por fake news e 138 responderam “Acho que sim”; juntos, representam 74,3% das participações. A percepção de ter sido enganado anteriormente,

portanto, é comum, o que reforça a importância de instrumentos de autoavaliação e educação continuada.

3.6 Meios utilizados para se informar

Os meios de informação revelaram ecossistemas geracionais distintos. No conjunto das 645 participações, Instagram foi citado por 75,0%, sites de notícia por 54,6%, TikTok por 50,4%, YouTube por 43,3%, TV aberta por 34,3%, TV fechada por 24,7%, X por 10,9% e jornal impresso por 5,7%. Como era permitido marcar mais de uma opção, esses percentuais não somam 100%. Entre 13-15 anos, Instagram (78,5%) e TikTok (69,1%) predominaram; em 16-18, Instagram (80,7%) e TikTok (70,5%) também foram muito frequentes. Já entre 61+, sites de notícia (63,2%), TV aberta (50,0%) e TV fechada (47,4%) tiveram presença proporcionalmente maior, enquanto TikTok foi citado por 15,8%.

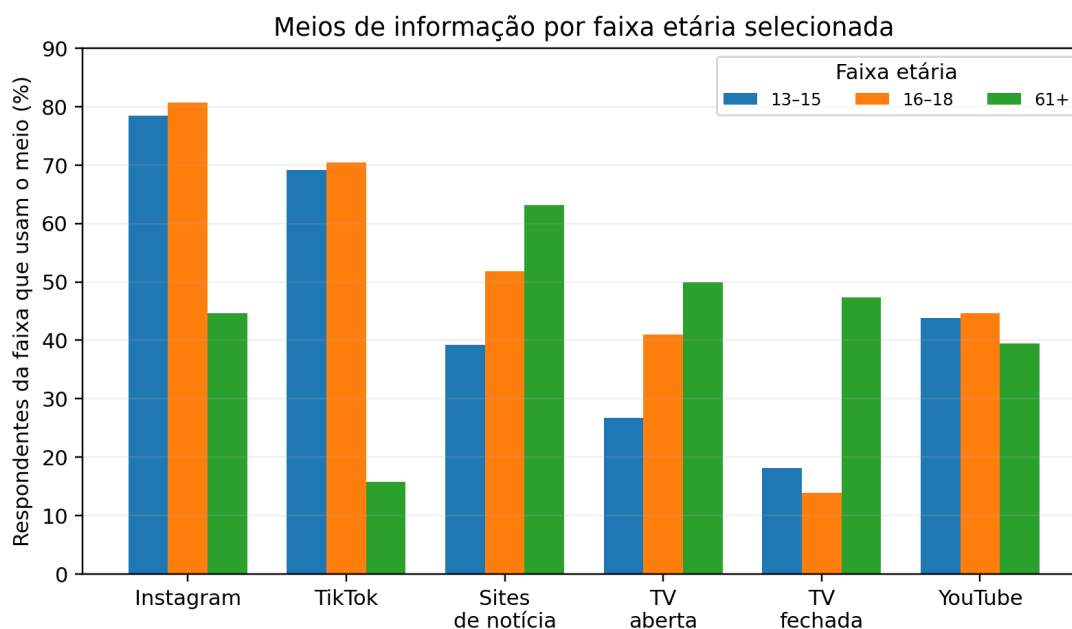


Figura 3 – Principais meios declarados para se informar nas faixas 13-15, 16-18 e 61+. Os percentuais indicam a proporção de participantes de cada faixa que marcou cada meio; eram permitidas respostas múltiplas, portanto os percentuais não somam 100%.

Fonte: dados da pesquisa.

Em uma análise exploratória que centralizou o desempenho dentro de cada combinação de idade e formulário, usuários de sites de notícia ficaram, em média, cerca de 1,5 ponto percentual acima da média de suas células, e usuários de TV aberta cerca de 2,4 pontos acima. As comparações apresentaram $p \approx 0,0026$ e $p \approx 0,0016$, respectivamente. Essas associações não demonstram que sites ou televisão causem maior capacidade de discernimento: os meios eram respostas múltiplas, não houve randomização e características como interesse por atualidades, escolaridade e repertório podem explicar simultaneamente a

escolha do canal e o desempenho. O dado é útil como hipótese para futuras pesquisas e, principalmente, para planejar comunicação em canais adequados a cada público.

3.7 Desinformação em saúde e vacinação

O bloco de saúde apresentou um contraste particularmente relevante. Duas afirmações falsas ou enganosas sobre vacinas de mRNA foram mostradas a 336 participantes. No conjunto desse bloco, 36,9% aceitaram pelo menos uma das duas afirmações como verdadeira. A aceitação foi de 24,1% em 16-18 anos e 22,2% em 19-28; entre 45-60 chegou a 70,6% (n=17) e entre 61+ a 60,0% (n=15). As duas subamostras adultas são pequenas e os percentuais precisam ser lidos junto ao n, mas os itens individuais apresentaram associação entre idade e resposta em testes exploratórios ($p \approx 0,0036$ para a alegação sobre mRNA “sem validação” e $p \approx 0,0066$ para a mensagem que combinava miocardite com a afirmação de que a vacina teria sido “mal testada”).

No total, 20,2% aceitaram a primeira alegação falsa; na segunda, que mistura um risco raro real de miocardite com conclusões enganosas sobre testes e segurança, a aceitação subiu para 27,7%. Uma hipótese plausível é que conteúdos híbridos, construídos a partir de um elemento verdadeiro para sustentar uma conclusão mais ampla e falsa, sejam particularmente persuasivos. O desenho deste estudo não permite testar esse mecanismo, mas ele merece investigação futura. Também não é correto classificar os participantes como “antivacina”: o instrumento mediu a aceitação de duas afirmações específicas, não identidade ideológica, intenção de vacinar ou hesitação vacinal completa.

A relevância prática desse resultado é elevada porque erros em saúde podem afetar comportamento e confiança. A OMS registra que a infodemia pode gerar confusão, atitudes de risco e desconfiança nas autoridades sanitárias (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2022). Para políticas públicas, o achado apoia a necessidade de comunicação que não apenas negue uma afirmação falsa, mas explique o elemento verdadeiro que foi retirado de contexto, apresente evidências compreensíveis e mostre como avaliar fontes de saúde.

3.8 Familiaridade, contexto e construção da mensagem

Algumas questões mostram por que uma média geral de acertos não é suficiente para compreender o fenômeno. “Nomeações Extras da Polícia Federal”, classificada como verdadeira no gabarito, teve apenas 27,2% de acerto geral: 54,7% marcaram falso e 18,1% “Não sei”. Nenhuma faixa etária ultrapassou 38%, e a associação entre idade e acerto foi fraca ($p \approx 0,616$). Isso enfraquece a hipótese de que o erro seria exclusivamente juvenil. A interpretação mais defensável é a baixa familiaridade ou saliência do assunto para a amostra em geral. Dizer que jovens erraram porque “não se interessam por concurso público” ultrapassaria o que foi medido.

O item “Caças da FAB em Itajaí” teve 42,2% de acerto. O sobrevoo citado na montagem havia ocorrido, mas o subtítulo usado no formulário atribuiu ao evento uma causa militar e geopolítica diferente da notícia original. Assim, o item combinava um elemento local verdadeiro com contexto adulterado. Participantes de 13-15 anos tiveram 51,5% de acerto, enquanto 29-36 tiveram 26,1%; o teste global ficou em $p \approx 0,064$. Esse tipo de conteúdo é importante para o projeto porque aproxima a tarefa de desinformações reais, que muitas vezes não inventam tudo: reutilizam imagens ou fatos verdadeiros para construir uma narrativa falsa.

Os itens relacionados a Donald Trump também demonstraram que o nome do personagem político não explica sozinho a dificuldade. A notícia falsa “Trump descobre ser judeu e triplica fortuna” teve 91,9% de acerto geral; outro conteúdo sobre Trump e OTAN chegou a 84,5%; já a falsa narrativa “Trump e Papa Leão XIV” ficou em 50,5%. Entre 61+, apenas 38,2% acertaram esta última, enquanto 58,8% a aceitaram como verdadeira; ainda assim, a associação global com idade não foi estatisticamente clara ($p \approx 0,139$). A variação de mais de 40 pontos percentuais entre conteúdos sobre a mesma figura reforça a interpretação de que construção textual, plausibilidade, familiaridade e contexto são mais explicativos do que a presença isolada de um político.

Outro contraste forte apareceu no item verdadeiro sobre Flávio Bolsonaro e Daniel Vorcaro: 13-15 anos registraram 51,9% de acerto ($n=154$) e 16-18, 73,3% ($n=116$), diferença de 21,4 pontos percentuais. O teste exato de Fisher entre esses dois grupos resultou em $p \approx 0,0004$, e a associação global por idade em $p \approx 0,0042$. O achado pode indicar mudança de exposição ao noticiário político ao longo da adolescência, porém não revela apoio ou rejeição a qualquer candidato e não permite inferir preferência partidária. O estudo classifica afirmações específicas segundo evidências, não avalia partidos ou pessoas públicas.

Os gabaritos comentados também ajudam a interpretar por que alguns itens foram mais difíceis. No caso dos caças da FAB em Itajaí, o sobrevoo era real, mas o subtítulo apresentado alterava sua causa; no item sobre o relatório das Forças Armadas, um documento verdadeiro foi usado para sustentar uma conclusão categórica que o próprio documento não comprovava; e, na alegação sobre vacina e miocardite, um risco raro real foi associado a generalizações incorretas sobre testagem e segurança. Esses exemplos mostram que a verificação não pode se limitar a procurar um detalhe verdadeiro: é necessário decompor a afirmação, recuperar a fonte original e avaliar se a evidência realmente sustenta a conclusão completa.

3.9 Cruzamentos demográficos

Os cruzamentos por escolaridade, classe social, etnia e gênero foram realizados de forma exploratória, mas a composição da amostra impede conclusões fortes. Por exemplo, participantes autodeclarados brancos representam 85,0% do banco, enquanto alguns grupos raciais têm menos de uma dúzia de registros. Da mesma forma, Classe A representa aproximadamente sete em cada dez participações e as classes D e E têm amostras muito pequenas. Diferenças observadas nesses estratos podem refletir idade, composição do formulário e tamanho amostral, e não devem ser transformadas em características inerentes aos grupos. Esse cuidado é central para evitar estigmatização e falsas explicações sociais.

3.10 Limitações do estudo

As limitações do instrumento também afetam a validade. As notícias não foram apresentadas em ordem aleatória, os visuais e marcas de fonte não foram totalmente padronizados e, em versões iniciais, a opção “Não sei” chegou a ser desencorajada, o que pode aumentar palpites.

Algumas afirmações eram compostas, contendo um fato verdadeiro junto a uma conclusão enganosa, e alguns prints foram adaptados. Além disso, o uso de três formulários com dificuldades diferentes e a repetição de respondentes exigiu análises controladas por itens comuns. Para uma próxima coleta, recomenda-se randomizar a ordem das notícias, separar veredito e confiança, padronizar ou experimentar a presença de logotipos, preservar a proveniência dos vídeos e prints, usar amostragem estratificada e registrar município de residência.

3.11 Implicações para educação midiática e políticas públicas

Apesar dessas restrições, o estudo produz informações úteis para intervenção. A UNESCO recomenda incorporar alfabetização midiática e informacional ao ciclo de políticas públicas e à educação, e o TSE brasileiro já inclui ações de conscientização e educação midiática em seu programa permanente de enfrentamento à desinformação (UNESCO, 2013; BRASIL, 2021). Os resultados sugerem que ações locais não deveriam assumir um único público ou um único canal: adolescentes da amostra chegam às notícias principalmente por Instagram e TikTok, enquanto participantes mais velhos usam proporcionalmente mais sites e televisão. Estratégias públicas podem, portanto, adaptar formato e distribuição aos ecossistemas de informação sem presumir que a plataforma, isoladamente, seja a causa da vulnerabilidade.

Intervenções também podem priorizar habilidades observadas como relevantes: conferir a fonte original, separar fato de enquadramento, reconhecer quando um conteúdo verdadeiro foi retirado de contexto, procurar confirmação independente e prestar atenção à

precisão antes de compartilhar. Evidências experimentais mostram que alfabetização midiática curta pode melhorar discernimento (GUESS et al., 2020), que lembretes de precisão podem reduzir compartilhamento de desinformação (PENNYCOOK et al., 2021) e que intervenções de inoculação, como jogos que ensinam técnicas de manipulação, podem aumentar resistência a estratégias de desinformação (ROOZENBEEK; VAN DER LINDEN, 2019). Para o indivíduo, os mesmos princípios podem servir como instrumento de autoconhecimento: confiança subjetiva deve ser acompanhada de práticas verificáveis de checagem.

Nesse contexto, os gabaritos comentados constituem também um produto educativo do projeto. Depois da coleta, eles podem ser utilizados como devolutiva aos participantes, pois não apenas revelam o veredito, mas mostram a evidência e o caminho de verificação. A utilização posterior à resposta evita interferir na medição inicial e transforma o erro em oportunidade de aprendizagem. Em uma etapa futura, o material poderá ser disponibilizado por link ou QR code e empregado em um desenho de pré-teste e pós-teste, permitindo avaliar se a revisão guiada das fontes melhora o discernimento em um novo conjunto de notícias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 Síntese dos principais achados

Os resultados também demonstraram que não existe um único “perfil de pessoa que cai em fake news”. A idade esteve associada a determinados conteúdos, mas não de forma linear. Participantes de 16-18 anos superaram os de 13-15 em um núcleo político comum, enquanto grupos mais velhos tiveram desempenho superior em algumas notícias específicas. Política e geopolítica foram, em média, mais difíceis do que conteúdos de IA, e as alegações falsas sobre vacinação produziram um sinal de risco relevante entre faixas adultas da subamostra. Questões sobre a Polícia Federal, caças da FAB e personagens políticos mostraram que familiaridade, contexto e construção da mensagem modificam fortemente a dificuldade.

Também se observou que os ecossistemas de informação mudam com a idade. Instagram e TikTok predominam entre adolescentes, enquanto sites de notícias e televisão têm presença proporcionalmente maior entre 61+. Entretanto, nenhuma associação observacional permite afirmar que uma plataforma cause melhor ou pior discernimento. Da mesma forma, frequência autodeclarada de checagem não apresentou uma relação simples com acerto, reforçando a diferença entre dizer que se verifica e efetivamente aplicar técnicas de verificação de qualidade.

4.2 Resposta à hipótese e ao problema de pesquisa

A pesquisa mostrou que a capacidade de reconhecer conteúdos verdadeiros e falsos é relevante, mas incompleta, na amostra estudada. O acerto médio foi de 65,8%, indicando que aproximadamente uma em cada três classificações não foi correta. Ao mesmo tempo, 82,6% das participações expressaram confiança positiva na própria capacidade de identificar fake news. A hipótese inicial - de que as pessoas acreditariam estar bem informadas apesar de não estarem - não foi confirmada em sua forma mais forte, pois os participantes mais confiantes tenderam a apresentar desempenho ligeiramente melhor. Ela foi parcialmente sustentada como problema de calibração: mesmo entre quem declarou confiança clara, permaneceu uma proporção de não acertos próxima de 32%.

Por se tratar de uma amostra de conveniência, com forte concentração em determinados grupos demográficos, participação repetida em diferentes formulários e ausência de uma variável confirmando residência municipal, o estudo não deve ser usado para afirmar que “a população de Itajaí está mal informada”. A conclusão cientificamente adequada é que, nesta amostra recrutada predominantemente em Itajaí, existe margem considerável de erro e vulnerabilidades específicas por conteúdo, acompanhadas de alta confiança subjetiva. Estudos futuros podem ampliar a representatividade, adotar instrumentos psicometricamente validados, separar confiança de veredito e testar intervenções educativas antes e depois da exposição.

4.3 Aplicações e perspectivas futuras

Como aplicação prática, os achados apoiam ações de alfabetização midiática em escolas, campanhas de saúde e períodos eleitorais, além de estratégias diferenciadas por canais de comunicação. Para políticas públicas, conhecer onde o erro se concentra ajuda a direcionar educação e comunicação sem estigmatizar grupos. Para os indivíduos, comparar percepção e desempenho pode incentivar uma postura mais cuidadosa: reconhecer incerteza, conferir a origem da informação, buscar fontes independentes e avaliar evidências antes de aceitar ou compartilhar um conteúdo. Como continuidade experimental, os gabaritos comentados podem ser testados como intervenção educativa: após uma avaliação inicial, os participantes receberiam a explicação das evidências e fontes e, posteriormente, responderiam a um novo conjunto equivalente de conteúdos. Esse desenho permitiria verificar se aprender o processo de checagem, e não apenas conhecer a resposta correta, produz melhora mensurável no discernimento.

REFERÊNCIAS

- ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social Media and Fake News in the 2016 Election. *Journal of Economic Perspectives*, v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017. DOI: 10.1257/jep.31.2.211. Disponível em: <https://doi.org/10.1257/jep.31.2.211>. Acesso em: 21 ago. 2026.
- ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Erratum: Social Media and Fake News in the 2016 Election. *American Economic Association*, 2018. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles/materials/9938>. Acesso em: 21 ago. 2026.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Programa permanente de enfrentamento à desinformação no âmbito da Justiça Eleitoral: plano estratégico: eleições 2022. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2021. 62 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/handle/bdtse/9965>. Acesso em: 23 ago. 2026.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Manual do Eleitor: jovens se preparam para participar das Eleições 2026. Tribunal Superior Eleitoral, 16 jul. 2026. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Julho/manual-do-eleitor-jovens-se-preparam-para-participar-das-eleicoes-2026>. Acesso em: 23 ago. 2026.
- GUESS, Andrew M.; NAGLER, Jonathan; TUCKER, Joshua. Less than you think: Prevalence and predictors of fake news dissemination on Facebook. *Science Advances*, v. 5, n. 1, eaau4586, 2019. DOI: 10.1126/sciadv.aau4586. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/sciadv.aau4586>. Acesso em: 21 ago. 2026.
- GUESS, Andrew M. et al. A digital media literacy intervention increases discernment between mainstream and false news in the United States and India. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 117, n. 27, p. 15536-15545, 2020. DOI: 10.1073/pnas.1920498117. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.1920498117>. Acesso em: 21 ago. 2026.
- LAZER, David M. J. et al. The science of fake news. *Science*, v. 359, n. 6380, p. 1094-1096, 2018. DOI: 10.1126/science.aao2998. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.aao2998>. Acesso em: 21 ago. 2026.
- MAERTENS, Rakoen et al. The Misinformation Susceptibility Test (MIST): A psychometrically validated measure of news veracity discernment. *Behavior Research Methods*, v. 56, n. 3, p. 1863-1899, 2024. DOI: 10.3758/s13428-023-02124-2. Disponível em: <https://doi.org/10.3758/s13428-023-02124-2>. Acesso em: 21 ago. 2026.
- PENNYCOOK, Gordon; RAND, David G. The Psychology of Fake News. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 25, n. 5, p. 388-402, 2021. DOI: 10.1016/j.tics.2021.02.007. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.tics.2021.02.007>. Acesso em: 21 ago. 2026.
- PENNYCOOK, Gordon et al. Shifting attention to accuracy can reduce misinformation online. *Nature*, v. 592, p. 590-595, 2021. DOI: 10.1038/s41586-021-03344-2. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41586-021-03344-2>. Acesso em: 21 ago. 2026.
- ROOZENBEEK, Jon; VAN DER LINDEN, Sander. Fake news game confers psychological resistance against online misinformation. *Palgrave Communications*, v. 5, art. 65, 2019. DOI: 10.1057/s41599-019-0279-9. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41599-019-0279-9>. Acesso em: 21 ago. 2026.
- SHU, Kai; SLIVA, Amy; WANG, Suhang; TANG, Jiliang; LIU, Huan. Fake News Detection on Social Media: A Data Mining Perspective. *ACM SIGKDD Explorations Newsletter*, v. 19, n. 1, p. 22-36, 2017.

DOI: 10.1145/3137597.3137600. Disponível em: <https://doi.org/10.1145/3137597.3137600>. Acesso em: 21 ago. 2026.

UNESCO. Media and information literacy: policy and strategy guidelines. Paris: UNESCO, 2013. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000225606>. Acesso em: 21 ago. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. 5th virtual WHO infodemic management conference meeting report: steps towards measuring the burden of infodemics. Geneva: World Health Organization, 2022. ISBN 978-92-4-004717-4. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240047174>. Acesso em: 23 ago. 2026.

ZHANG, Xichen; GHORBANI, Ali A. An overview of online fake news: Characterization, detection, and discussion. Information Processing & Management, v. 57, n. 2, 102025, 2020. DOI: 10.1016/j.ipm.2019.03.004. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ipm.2019.03.004>. Acesso em: 21 ago. 2026.

MATERIAIS SUPLEMENTARES

CÔRTEZ, João Lucas; KANASHIRO, Thiago; FONSECA, Henrique. Formulário Base: O quão bom você é em detectar fake news? Google Forms, 2026. Disponível em: <https://forms.gle/WtppggAmtKdexP3z6>. Acesso em: 23 ago. 2026.

CÔRTEZ, João Lucas; KANASHIRO, Thiago; FONSECA, Henrique. Formulário Desafio Misto: O quão bom você é em detectar fake news? Google Forms, 2026. Disponível em: <https://forms.gle/PzwKCYrRCfrWAhvg9>. Acesso em: 23 ago. 2026.

CÔRTEZ, João Lucas; KANASHIRO, Thiago; FONSECA, Henrique. Formulário Política & Redes: O quão bom você é em detectar fake news? Google Forms, 2026. Disponível em: <https://forms.gle/gFLacVNkPHVsa7X69>. Acesso em: 23 ago. 2026.

CÔRTEZ, João Lucas; KANASHIRO, Thiago; FONSECA, Henrique. Gabarito Comentado - Base. Material suplementar da pesquisa, 2026. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/15GcFVfhpJ2cjoO8gW-SbWHjrZWllvy1n/view?usp=drivesdk>. Acesso em: 23 ago. 2026.

CÔRTEZ, João Lucas; KANASHIRO, Thiago; FONSECA, Henrique. Gabarito Comentado - Desafio Misto. Material suplementar da pesquisa, 2026. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1lvuW9ZBGQBK0nm7ntjqadfk7s8I1Ehn9/view?usp=drivesdk>. Acesso em: 23 ago. 2026.

CÔRTEZ, João Lucas; KANASHIRO, Thiago; FONSECA, Henrique. Gabarito Comentado - Política & Redes. Material suplementar da pesquisa, 2026. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1y-yQDhkhbnr5sNk7EUQzjt_d1R21lRY/view?usp=drivesdk. Acesso em: 23 ago. 2026.